



Às nove horas do dia dois de dezembro de dois mil e quatorze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência da Conselheira **MARA LÚCIA**; presentes os Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES, DANIEL LAVAREDA, CEZAR COLARES, ANTÔNIO JOSÉ SÉRGIO LEÃO e JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; presença da Procuradora Geral do Ministério Público junto ao TCM-PA, **ELISABETH SALAME DA SILVA**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Convocado o Auditor Sérgio Dantas para apresentar proposta de Decisão, nos termos do inciso II, Artigo 72 do RI/TCM/PA. Houve votação e aprovação das Atas das Sessões de nº's 058/14 e 064/2014. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos: **Processo nº 730012005-00; Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Tauá; Prestação de Contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Santo Antônio do Tauá - 2005; Responsável: Raimundo Freire Noronha; Instrução: Auditor Daniel Lavareda e 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves. Retirado de pauta. Processo nº 220012004-00; Prefeitura Municipal de Capanema; Prestação de Contas - 2004 - de Gestão; Responsável: Jorge Neto da Costa; Instrução: Auditor Alexandre Cunha e 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Retirado de pauta. Processo nº 320012012-00; Prefeitura Municipal de Igarapé Açu; Prestação de Contas - 2012 - Contas de Gestão; Responsável: Sandra Miki Uesugi Nogueira; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas de Gestão da Prefeitura Municipal de Igarapé-Açu, exercício de 2012, com o recolhimento, no prazo de trinta (30) dias, de multa no valor de R\$-2.000,00 (dois mil reais), pelo não repasse ao INSS das contribuições retidas, na forma do Art. 282, I, "b", do RI/TCM/PA. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 600012006-00; Prefeitura Municipal de Prainha; Prestação de Contas - 2006; Responsável: Joaquim Vieira Nunes; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Prainha a não aprovação das contas do Executivo, exercício de 2006, de responsabilidade de Joaquim Vieira Nunes, com recolhimentos aos Cofres do Município. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro José



Carlos Araújo e do Conselheiro Sérgio Leão. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 07: **Processo nº 524902008-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Oeiras do Pará; Prestação de Contas 2008; Responsável : Áurea Gonçalves Pinheiro; Instrução 5ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalvas, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, da prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Oeiras do Pará, exercício de 2008, de responsabilidade da Sra. Áurea Gonçalves Pinheiro, com a emissão de Alvará de Quitação no montante de R\$-257.537,56 (duzentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e trinta e sete reais e cinquenta e seis centavos). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Sérgio Leão. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 11: **Processo nº 922222011-00; Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Dom Eliseu - SAAE; Prestação de Contas 2011; Responsável: Jorge Alves de Araújo; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalvas, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE do Município de Dom Eliseu, exercício de 2011, de responsabilidade do Sr. Jorge Alves de Araújo, com a expedição do Alvará de Quitação no montante de R\$-1.746.541,02 (hum milhão, setecentos e quarenta e seis mil, quinhentos e quarenta e um reais e dois centavos). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Sérgio Leão. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 14: **Processo nº 201207653-00; Câmara Municipal de Acará; Recurso de Revisão contra a decisão do Acórdão nº 20.877/2011 (Prestação de Contas de 2006); Responsável: José Agostinho Viana Rodrigues; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento do Recurso, nos termos do voto do Relator. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Sérgio Leão. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 17: **Processo nº 201217568-00; IPAMB/PMB; Aposentadoria – Portaria nº 1.341/12, de 02.10.12; Interessado: Paulo Eduardo Barbosa Teixeira; Ministério Público: Procuradora: Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu



81 **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da
82 Portaria nº 1341/12, de 02.10.12 que aposentou Paulo Eduardo Barbosa Teixeira, do quadro da
83 Prefeitura Municipal de Belém. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do
84 Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201306037-00;**
85 **IPAMB/PMB;** Aposentadoria – Portaria nº 0402/13, de 25.03.13; Interessada: Maria Luiza Pauxis
86 Teixeira; Ministério Público: Procuradora: Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José
87 Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos
88 autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro
89 Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**,
90 decidiu pelo registro da Portaria nº 0402/2013-GP/IPAMB, de 17/07/14, afetado consequentemente
91 o registro anterior. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro
92 José Carlos Araújo e do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201306039-00; Instituto de**
93 **Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Belém;** Aposentadoria – Portaria
94 nº 412/14, Revisão de Proventos – Exercício 2013; Interessada: Maria do Socorro Lima da Silva;
95 Ministério Público: Procuradora: Maria Inez Gueiros; Auditor convocado para apresentar proposta de
96 **Decisão:** Sérgio Dantas (Conselheiro Daniel Lavareda). Cumprindo dispositivo regimental, o
97 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A
98 matéria foi colocada **em discussão.** O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão:** “*pelo registro*
99 *da Portaria nº 412/2014, que altera o valor dos proventos de aposentadoria de Maria do Socorro Lima da*
100 *Silva, com fulcro no inciso I do §1º do Artigo 40 da CF/88 e Artigo 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003,*
101 *com redação dada pela Emenda Constitucional nº 70/2012, devendo torna-se sem efeito o Acórdão nº*
102 *14.443/2006 que registrou a Portaria nº 0813/2005”. **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda
103 ratificou os termos da proposta de decisão apresentada, no que foi acompanhado pela Conselheira
104 Mara Lúcia, pelo Conselheiro Cezar Colares, pelo Conselheiro Antonio José e pelo Conselheiro Sérgio
105 Leão. O Conselheiro Aloísio Chaves não votou, pois não assistiu a leitura do relatório. A Presidência
106 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 412/2014,
107 que altera o valor dos proventos de aposentadoria de Maria do Socorro Lima da Silva, com fulcro no
108 inciso I do § 1º do Artigo 40 da CF/88 e Artigo 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, com
109 redação dada pela Emenda Constitucional nº 70/2012, devendo torna-se sem efeito o Acórdão nº
110 14.443/2006 que registrou a Portaria nº 0813/2005. Ausência, por ocasião de votação, do
111 Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do
112 processo de nº 05: **Processo nº 1330012007-00; Prefeitura Municipal de Cachoeira do**
113 **Piriá;** Prestação de Contas 2007; Responsável: Albenor Bezerra Pontes; Instrução: 1ª Controladoria;
114 Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Sérgio Leão. Cumprindo
115 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
116 pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em**
117 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O
118 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara
119 Municipal a não aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Cachoeira do Piriá, exercício
120 financeiro de 2007, de responsabilidade do Sr. Albenor Bezerra Pontes, com o encaminhamento de*



cópia dos autos ao Ministério Público para as medidas que entender cabíveis. Com abstenção de voto do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 852022007-00; Fundo Municipal de Saúde de Vigia;** Prestação de Contas – 2007; Responsável: Maria Lúcia da Silveira de Vilhena e Soraya da Silva Moreira Lopes; Instrução: Auditora Adriana Oliveira e 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com aplicação das multas pertinentes. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Vigia, exercício de 2007, de responsabilidade das Sras., Maria Lúcia da Silveira Vilhena (01/01 a 30/11/2007) e Soraya da Silva Lopes (01 a 31/12/2007), nos termos do Art. 51, Parágrafo Único, da Lei Complementar 25/94, com a expedição dos Alvarás de Quitação. Com abstenção de voto do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 08: **Processo nº 162842008-00; Fundo Municipal de Saúde de Bonito;** Prestação de Contas 2008; Responsável: Jamil Assad Neto; Instrução 1ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Sérgio Leão. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, da prestação de contas, com a expedição do Alvará de Quitação. Com abstenção de voto do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 12: **Processo nº 1073302008-00; SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Abel Figueiredo;** Prestação de Contas – 2008; Responsável: Argemiro Rodrigues Pinto; Instrução 1ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Sérgio Leão. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas com o encaminhamento de cópias dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas, com ressalva, do Serviço de Autônomo de Água e Esgoto de Abel Figueiredo – SAAE, exercício financeiro de 2008, com a expedição do Alvará de Quitação pelas despesas ordenadas. Com abstenção de voto do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, o Conselheiro José Carlos Araújo assumiu a Presidência da Sessão. Houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 13: **Processo nº 1073302010-00; SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Abel Figueiredo;** Prestação de Contas – 2010 – Contas de Gestão; Responsável: Felix Oliveira Silva; Instrução 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Sérgio Leão. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas, com ressalva, do Serviço de



161 Autônomo de Água e Esgoto de Abel Figueiredo – SAAE, exercício financeiro de 2010, com a
162 expedição do Alvará de Quitação. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares e
163 da Conselheira Mara Lúcia. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo
164 de nº 15: **Processo nº 201306050-00; Associação dos Malhadores de Judas da Rua**
165 **Conceição com a 14 de Março;** Prestação de Contas do Convênio nº 012/2013, celebrado com a
166 FUMBEL/PMB– Exercício 2013; Responsável: Alberto de Jesus Cantanhede; Instrução: 1ª
167 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio
168 Leão. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos
169 e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro
170 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,
171 decidiu pela aprovação das contas do Convênio de nº 012/2013, celebrado entre a Fundação
172 Cultural do Município de Belém/FUMBEL – PM/Belém e a Associação dos Malhadores de Judas da
173 Rua Conceição com 14 de Março, com expedição do Alvará de Quitação. Ausência, por ocasião de
174 votação, do Conselheiro Cezar Colares. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do
175 processo de nº 09: **Processo nº 140172007-00; Fundação Papa João XXIII –**
176 **FUMPAPA/PMB;** Prestação de Contas 2007; Responsável: Maria Silva da Costa; Instrução: Auditor
177 Alcimar Lobato 3ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora:
178 Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
179 posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada
180 **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O
181 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas prestadas por Maria Silva da
182 Costa, Ordenadora de despesas da Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA), no exercício financeiro de
183 2007, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Em seguida, houve
184 a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 10: **Processo nº 142032007-00;**
185 **Companhia de Transporte de Belém - CTBEL;** Prestação de Contas 2007; Responsável: Jane
186 Maria da Cunha Lima; Instrução: Auditor Alcimar Lobato 3ª Controladoria; Ministério Público:
187 Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo
188 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
189 pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora
190 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela
191 irregularidade das contas prestadas pela Senhora Jane Maria da Cunha Lima, Ordenadora de
192 despesas da Companhia de Transportes de Belém – CTBEL, no exercício financeiro de 2007, com
193 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Com abstenção de voto do
194 Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do
195 processo de nº 16: **Processo nº 200804556-00; Centro Comunitário Boa Esperança;**
196 **Prestação de Contas do Convênio nº 010/2008, celebrado com a SEMEC/PMB– Exercício 2008;**
197 **Responsável: Maria Cecília Corrêa dos Santos; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público:**
198 **Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão.** Cumprindo
199 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
200 pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu



seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas do Convênio de nº 010/2008, celebrado entre a Secretaria Municipal de Educação – SEMEC – PM – Belém e o Centro Comunitário Boa Esperança, nos termos do Art. 32, I, da Lei nº 84/2012, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-22.200,00 (vinte e dois mil e duzentos reais), em favor da Sra. Maria Célia Corrêa dos Santos. Com abstenção de voto do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 20: **Processo nº 201216154-00; Fundo de Previdência Social do Município de São Sebastião da Boa Vista**; Pensão – Portaria nº 077/14 – Exercício 2012; Interessada: Jesulene Gomes Rodrigues e Filhos; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: Sérgio Dantas (Conselheiro Cezar Colares). Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão**: “*pelo registro da Portaria nº 077/2014 que concede Pensão a Senhora Jesulene Gomes Frazão (companheira), Jefferson Lucas Rodrigues e Rodrigues e Thiago Rodrigues e Rodrigues (Filhos), com proventos no montante de R\$ 698,34 (seiscentos e noventa e oito reais e trinta e quatro reais), cujo percentual será de 33,33% (trinta e três por cento) a cada dependente, conforme o disposto no Artigo 40, § 7º, Inciso II da CF/88, com redação da Emenda nº 41/2003 e Lei Municipal nº 102/2003. Tendo em vista que o valor de provento ficou abaixo do salário mínimo vigente, o órgão previdenciário deverá proceder a devida correção conforme previsão constitucional*”. **Em votação**: o Conselheiro Cezar Colares ratificou os termos da proposta de decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Aloísio Chaves, pelo Conselheiro Daniel Lavareda, pela Conselheira Mara Lúcia, pelo Conselheiro José Carlos Araújo, pelo Conselheiro Antonio José e pelo Conselheiro Sérgio Leão. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 077/2014 que concede pensão a Senhora Jesulene Gomes Frazão (companheira), Jefferson Lucas Rodrigues e Rodrigues e Thiago Rodrigues e Rodrigues (Filhos), com proventos no montante de R\$-698,34 (seiscentos e noventa e oito reais e trinta e quatro reais), cujo percentual será de 33,33% (trinta e três por cento) a cada dependente, conforme o disposto no Artigo 40, § 7º, Inciso II da CF/88, com redação da Emenda nº 41/2003 e Lei Municipal nº 102/2003, com as recomendações constantes no voto do Relator. **Processo nº 201409437-00; Fundação Municipal de Assistência ao Estudante - FMAE; Nomeação de servidores em virtude de aprovação em Concurso Público – Portaria nº 056/14 – Exercício 2014; Interessada: Flávia Bragança Monteiro da Silva; Ministério Público: Procuradora: Maria Inez Gueiros; Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: Sérgio Dantas (Conselheiro Cezar Colares)**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão**: “*pelo registro da Portaria nº 056/2014 que nomeia a Sra. Flávia Bragança Monteiro da Silva, no cargo efetivo de Nutricionista NS 27, conforme aprovação no Concurso Público nº 01/2012, realizado pela Fundação Municipal de Apoio ao Estudante – FMAE*”. **Em votação**: o Conselheiro Cezar Colares ratificou os termos da proposta de decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Aloísio Chaves, pelo Conselheiro Daniel Lavareda, pela Conselheira Mara Lúcia, pelo Conselheiro José Carlos Araújo, pelo Conselheiro Antonio José e pelo



241 Conselheiro Sérgio Leão. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu
242 pelo registro da Portaria nº 056/2014 que nomeia a Sra. Flávia Bragança Monteiro da Silva, no cargo
243 efetivo de Nutricionista NS 27, conforme aprovação no Concurso Público nº 01/2012, realizado pela
244 Fundação Municipal de Apoio ao Estudante – FMAE. **Processo nº 201305118; Câmara**
245 **Municipal de Terra Alta;** Diária – 2013 – Decreto Legislativo nº 001/2013, que fixa as diárias do
246 Prefeito e Vice-Prefeito; Interessada: Maria Eliete Matos da Silva; Ministério Público: Procuradora
247 Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o
248 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do
249 Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
250 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Decreto
251 Legislativo nº 01/2013, que concede as diárias do Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Terra Alta.
252 **Processo nº 1340022007; Câmara Municipal de Canaã dos Carajás;** Reabertura de
253 Instrução – Prestação de contas 2007; Responsável: Zito Augusto Correia; Instrução: Auditora
254 Adriana Oliveira e 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da
255 Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator
256 solicitou a reabertura da instrução do processo. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência
257 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela reabertura da instrução dos autos,
258 nos termos do voto do Relator. **Processo nº 630022009; Câmara Municipal de Rio Maria;**
259 **Reabertura de Instrução – Prestação de Contas 2009; Responsável: Márcia Ferreira Lopes; Instrução**
260 **: Auditora Adriana Oliveira e 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth**
261 **Salame da Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves.** Cumprindo dispositivo regimental, o
262 Conselheiro Relator solicitou a reabertura da instrução do processo. A matéria foi colocada **em**
263 **discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela
264 reabertura da instrução dos autos, nos termos do voto do Relator. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA:**
265 Foi procedida a votação para a Eleição do Presidente, Vice-Presidente e Corregedor do TCM, para o
266 Biênio de 2015/2016. Em seguida, a Presidência anunciou a votação para eleição do Presidente.
267 Distribuídas as cédulas para colação de votos entre os Conselheiros. Recolhidos os votos dos
268 Conselheiros presentes, foi encaminhada a urna para apuração a cargo da Procuradora Geral do
269 Ministério Público, Dra. Elisabeth Salame da Silva, que após aferição, declarou eleito, **à**
270 **unanimidade**, o Conselheiro Cezar Colares. Após, a Presidência anunciou a votação para a eleição
271 do Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas para colação de votos entre os Conselheiros. Recolhidos
272 os votos dos Conselheiros presentes, foi encaminhada a urna para apuração a cargo da Procuradora
273 Geral do Ministério Público, Dra. Elisabeth Salame da Silva, que após aferição, declarou eleito, **à**
274 **unanimidade**, o Conselheiro Sérgio Leão. Em seguida, a Presidência anunciou a votação para
275 eleição do Corregedor. Distribuídas as cédulas para colação de votos entre os Conselheiros. Após o
276 recolhimento dos votos dos Conselheiros presentes, foi encaminhada a urna para apuração a cargo
277 da Procuradora Geral do Ministério Público, Dra. Elisabeth Salame da Silva, que após aferição,
278 declarou eleito, o Conselheiro Daniel Lavareda. Feita a devida comunicação dos eleitos, foi
279 franqueada a palavra aos Conselheiros e ao Ministério Público. **PALAVRA DOS CONSELHEIROS e**
280 **MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:** O Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Sérgio Leão e




281 o Conselheiro Daniel Lavareda pediram a palavra para agradecer a confiança a eles depositada,
282 destacando a importância da participação de todos os Conselheiros, bem como dos funcionários da
283 Casa na condução dos trabalhos a serem desenvolvidos pela nova Diretoria no biênio 2015/2016. Em
284 seguida, a Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro José Carlos Araújo pediram a palavra para
285 parabenizar e desejar uma gestão profícua aos eleitos, no que foram acompanhados pela
286 Procuradora Geral do Ministério Público de Contas, Dra. Elizabeth Salame da Silva. **DISTRIBUIÇÃO**
287 **DE PROCESSOS. ENCERRADA** a presente Sessão, às onze horas da qual foi lavrada a presente
288 Ata.

289 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em dois de dezembro de
290 dois mil e quatorze.

Visto:


Robson Figueiredo do Carmo
Secretário Geral


Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**
Presidente da Sessão